

Constrangimentos espaciais: a concepção legal de infância e as táticas desconstrucionistas desenvolvidas pelas profissionais do sexo

Spatial constraints: the legal concept of childhood and deconstructionist tactics elaborated by sex professional workers

Almir Nabozny

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Observando o trabalho realizado pelos diversos órgãos estatais, sobretudo do Conselho Tutelar de Ponta Grossa - PR, a fim de coibir a prática comercial do sexo com crianças e adolescentes, constatou-se que havia grande resistência à ação estatal / legal por parte das adolescentes alvos das ações de proteção. Assim, foi estabelecido o objetivo de compreender um dos elementos desse paradoxo: a diferente concepção de infância produzida pelo Estado e pelas profissionais do sexo que iniciaram a atividade comercial sexual ainda na adolescência. A contraposição da prática cotidiana dessas sujeitas, base sobre a qual são construídas suas representações de mundo, e a norma reguladora da sociedade evidencia que a visão dominante e unilateral dos órgãos oficiais tem sido sistematicamente subvertida pela população alvo. O resultado positivo na intervenção nessa degradante situação depende de ações que contemplem a compreensão das situações histórico-geográficas vividas por esse grupo social.

Palavras-chave: Espaço, infância, profissionais do sexo.

Abstract: The repression of commercial sexual practices with children and adolescents has been the objective of state-governed action. However, adolescents that are the target of this type of protection demonstrate strong resistance especially to the children support services (in Brazil: conselho tutelar). This research presents an approach to the conflicting conceptions of childhood which are expressed in state activities and those produced in the lifeworld of sex professionals. There are evident and contradicting positions of ideas between both social actors. While official agencies present a dominant and unilateral vision of an idealized bourgeois middle class family, sex professional construct their concepts in their concrete life worlds in poor peripheral areas where children assume responsibilities and activities that are usually common for adults. To obtain positive results to change this situation, the historical-geographical life world of this social group has to be regarded.

Key words: Space, childhood, sex professionals.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é explorar as relações contraditórias que se estabelecem entre o marco legal que regula a distinção entre adultos, crianças, adolescentes e as práticas cotidianas das profissionais do sexo (adultas) no que diz respeito à concepção de infância.

A sociedade é heterogênea culturalmente e os diferentes grupos sociais ressignificam as normas legais de formas distintas espacial e temporalmente e, sendo assim, as fronteiras da vida adulta e da infância são tênues e variam de acordo com as experiências e contextos particulares.

O grupo focal analisado constrói sua existência nas áreas periféricas de Ponta Grossa – PR e, em sua maioria, estão à margem do acesso a recursos materiais e possuem reduzido acesso às informações legais produzidas pelo Estado. Entretanto, constroem sua socialização a partir de elementos de sua vida cotidiana que, muitas vezes, se coloca de forma a tensionar as normas hegemônicas. Uma dessas normas é a concepção de infância para determinar a fronteira para o ingresso das práticas sexuais comerciais. Nesse sentido, este trabalho explora, primeiramente, a trajetória da concepção de infância e juventude apresentada pelo Estado brasileiro alicerçada numa perspectiva historiográfica e, posteriormente, serão explorados os elementos cotidianos das profissionais do sexo que constituem valores próprios a respeito das etapas de sua existência sócio-espacial.

CONCEPÇÃO LEGAL DE INFÂNCIA PRODUZIDA PELO ESTADO BRASILEIRO

As categorias classificatórias para determinar a temporalidade da existência humana, como crianças e adolescentes, foram construídas historicamente em diversas realidades espaciais e, sendo assim,

pode-se afirmar que elas eram inexistentes em determinados contextos. O contrato social do Brasil reza que as pessoas com idade de até doze anos incompletos são consideradas crianças e aquelas cuja faixa etária está compreendida entre doze e dezoito são adolescentes, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). A legislação concebe que a sociedade brasileira tem a obrigação de manter e proteger essa parcela da população e criar mecanismos específicos que norteiem a ação do Estado no tratamento de questões que envolvam pessoas menores de dezoito anos.

Ao estudar a história social da criança e da família, amparado por um referencial empírico europeu, Ariès (1981) evidencia que a atual concepção que se formula referente à infância é resultado de um processo histórico cuja concepção e atenção variou significativamente ao longo do tempo. Por estar atrelada ao processo histórico-geográfico da própria família é possível estender as reflexões do autor também para a noção de adolescência.

Ao versar sobre aquilo que o autor chama de ‘descoberta da infância’, referenciado na análise da iconografia e das vestimentas, Ariès (1981) salienta a ausência da infância no século XI e XII. Em meados do século XIII, a criança surge na arte religiosa, porém com traços de adultos, mudando apenas a escala como se fossem adultos em miniatura. O autor ressalta que essa iconografia religiosa da infância só tomaria destaque na iconografia leiga no século XV e XVI. Mesmo com o aparecimento da criança na iconografia leiga, ela não tem status central, manifesta-se enquanto elemento de ‘cenas’, o que remonta uma infância misturada ao mundo adulto. Com relação às roupas, o autor destaca que durante a idade média não existiam diferenças de vestimentas entre as idades. Por outro lado, no século XVI constitui-se

nas vestimentas uma separação entre adultos e crianças, ficando as crianças incumbidas de desfilarem os modelos que há um século antes foram dos adultos, tais como túnicas e toucas.

Outro aspecto ressaltado por Ariès é a própria demografia, pois a criança não tinha muita relevância na sociedade pela própria fragilidade de sua vida. O autor afirma que, por muito tempo, conservou-se o sentimento de se conceber muitas crianças, já que poucas sobreviveriam. Por outro lado, o historiador localiza em diversos museus europeus quadros que retratam a morte de crianças, datando do século XVI, embora até o século XVII a mortalidade infantil continuasse alta, as crianças foram envolvidas por uma nova sensibilidade em muito ligada à cristianização dos costumes, as crianças com almas. Esses elementos iconográficos juntamente com as mudanças das vestes representam um marco na formação do sentimento de infância.

Portanto, de acordo com Ariès (1981), a infância como uma faixa de vida é algo que data do século XVI e anterior a este momento a idade não era gestora dos papéis sociais a serem desenvolvidos. O que chamamos hodiernamente de crianças eram seres que estavam inseridos nas práticas dos adultos, sendo de forma tênue e progressiva a partir de tenras 'idades' praticantes das mesmas.

Os registros sobre a infância no Brasil anterior à chegada (invasão) dos portugueses no final do século XV é bastante difícil, haja vista a pluralidade de tribos que habitavam as terras que viriam a constituir o Brasil. O modelo de infância mística, com valores especiais e angelicais, que imita o menino Jesus, vigente no continente europeu de então, foi trazido para o Brasil Colônia pelos jesuítas de acordo com

Del Priore (1996). Esse modelo leva a pensar a criança indígena como um 'papel branco' sobre o qual se desejava escrever. Dessa forma, era estratégico investir no pequeno-índio, de alma limpa, para que se tornarem pequenos evangelizadores, tal qual a figura de Jesus. Essa atitude do jesuíta para com a criança indígena os levou a adotar um método de atração pela música e posterior tentativa de adestramento do jovem índio com o uso do castigo físico.

O apanhado do início da colonização do Brasil referente à infância aparentemente sugere estar fora do contexto desse artigo, entretanto, no mesmo livro¹ em que é redigido o artigo de Del Priore (1996) somam-se artigos que buscam traçar um panorama da história da criança no Brasil. Os textos retratam uma infância pretérita à atual. Nos seus procedimentos os autores se baseiam, sobretudo, em fontes documentais. Dessa forma, no conjunto da obra, é possível vislumbrar a história de uma infância instituída pela figura do adulto e das instituições. Embora as análises traçadas remetam ao passado, este compõe um processo que denota na atual atitude perante a criança brasileira.

No que se refere à concepção historiográfica de infância, sobretudo a versão de Ariès aqui ressaltada, não significa necessariamente que a infância representada na iconografia e que usará certas vestimentas fosse reflexo e condição de toda a sociedade de então. Talvez aqui estivéssemos reforçando certos mecanismos de poder que se sobrepuseram ao saber dos ultrajados do registro histórico. No entanto, não nos cabe aqui tecer críticas àquilo que não nos é acessível por este patamar, mas sim entendermos o caminho trilhado, histórico (que prevaleceu), como algo que está incrustado no percurso documental

¹ Refiro-me ao livro: DEL PRIORE, M (org). **História da criança no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p.

jurídico do Estado, em específico nesse artigo, o brasileiro.

Destacado que a história da criança e do adolescente no Brasil foi regida por uma lógica institucional adulta, retornamos ao início desse tópico, ou seja, o próprio olhar do Estado, especificamente o pacto social instituído, pois este é resultado dos posicionamentos e embates da própria sociedade. Nesse sentido evidenciamos um árduo trabalho realizado por pesquisadores do Centro Internacional de Estudos sobre a Infância (CIESPI) que resultou na BASE LEGIS² (Base de Dados Legislativa sobre Infância e Juventude) registrando um acervo de 1824 a 2002, ou seja, do século XIX ao XXI. Na leitura desse rico material observamos quatro eixos predominantes dedicados à infância e à juventude. Primeiramente, há um esforço para estabelecer uma legislação especial para menores infratores, em que a própria noção de menor (referimo-nos à idade) gera muitas leis. Depois, temos as questões referentes à educação e em seguida a legislação que dispõe sobre o trabalho. O quarto eixo se refere às leis que instituem órgãos de proteção e promoção da infância e adolescência concomitantemente à aprovação de recursos e fundos financeiros para investimentos em temáticas infanto-juvenis. O último eixo é posterior à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Com base na legislação, é nítida uma evolução quanto à atenção dedicada ao público infanto-juvenil, quantitativa e qualitativamente. Porém, é somente com a implementação do ECA que as crianças e adolescentes deixam de ser ‘objetos’ e passam à condição de ‘sujeitos’ de direitos, conforme interpretação de Campanatti e

Carvalho (1998), Gomes (1996), entre outros. Embora haja uma constante preocupação por parte da sociedade em criar dispositivos na configuração dos direitos sociais das crianças e adolescentes, refletindo na arena de Estado; autoras como Schuch (2006) e Schiocchet (2006) anotam que esses direitos alinham-se a uma composição universalizante, em concordância com normas da Organização das Nações Unidas (ONU), o que a caracteriza por uma base ‘legalista’.

Assim, emergem as dificuldades, pois, por um lado, há uma preocupação de inclusão de crianças e adolescentes a partir de uma base legal/universal e, de outro lado, há um esvaziamento do conteúdo social, cultural e espacial. A sociedade da qual as crianças fazem parte é composta por diversos estratos culturais e por diferenças de gênero, classe social, etnia, entre outros. Portanto, crianças e adolescentes não comportam um discurso monolítico, mas emergem concretamente a partir dos seus contextos histórico-espaciais.

Da mesma forma, conforme afirma Claval (2004), o Estado não é uma entidade autônoma, superior à sociedade, mas instituída socialmente num contexto histórico-espacial. O contrato social estabelecido reflete, em geral, as concepções de mundo de grupos que tiveram maior oportunidade de se fazer representar nesta arena de discussões. A efetivação das normas contratadas ocorre na medida em que forem incorporadas ao cotidiano social pelos demais grupos e, para isso, é preciso compreender que a cultura “reflete sistemas importantes fragmentados, altamente contestados, freqüentemente híbridos e sempre fluidos” (DUNCAN e DUNCAN,

² É uma base de dados legislativa sobre infância e juventude (0-18 anos), que contém textos do acervo de leis, acórdãos, decretos, projetos de lei, portarias etc., no período de 1824 a 2002. A elaboração contou com o apoio da UNICEF, Brasília e AMENCAR, Rio Grande do Sul. O projeto BASE LEGIS possibilitou a digitalização de rico material bibliográfico legislativo existente no Centro de Documentação da Infância da CESPI/USU. Extraído de: <http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm> visitado em 13/07/2006.

1999, p. 64). Não se está reivindicando o enquadramento da concepção legal ao fato histórico-espacial, mas que as práticas do Estado, ao utilizarem o contrato social como referência, sejam hábeis para compreender que as normas são constrangidas nas experiências vividas através do espaço-tempo e que contemplar esse aspecto amplia a capacidade de sucesso das políticas de Estado junto aos grupos sociais vulneráveis socialmente.

Embora haja necessidade de garantia irrestrita aos direitos sociais das crianças e adolescentes, é preciso que haja mediações das características sócio-espaciais específicas a fim de possibilitar o sentimento de pertença e a construção identitária dos diversos grupos sociais aos contratos sociais estabelecidos para a construção cidadã. Dessa forma, faz-se necessário incorporar a dimensão geográfica para que possamos construir projetos e veículos de intervenção mais efetivos na dimensão cotidiana de crianças e adolescentes, notadamente aquelas que vivem na periferia pobre da área urbana, sujeitas a diferentes círculos de intersubjetividades.

AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELAS PROFISSIONAIS DO SEXO E SUAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

A sociedade brasileira está submetida às normas legais universais. Entretanto, cada grupo desenvolve valores particulares dependendo de suas relações temporais e espaciais. Entre o desenvolvimento biológico que baseia a cronologia e definição do que seja uma pessoa em idade infantil, há uma mediação dessa concepção desenvolvida a partir do processo de socialização a que as pessoas estão submetidas. Entre as mulheres profissionais do sexo há

vários elementos que as expõem a uma série de informações que são oriundas de um contexto de pobreza e distintos padrões de moralidade e honra.

A idéia inicial era trabalhar com crianças e adolescentes do sexo feminino prostituídas. Entretanto, o percurso científico foi transformado na medida em que o Conselho Tutelar Oeste, responsável principalmente pela área correspondente às rodovias em Ponta Grossa, intensificou suas ações visando combater a exploração comercial infanto-juvenil a partir do ano de 2004. A ação empreendida impactou sobre o fenômeno e houve uma maior resistência ao acesso por parte dessas sujeitas. Assim, as componentes do grupo focal eleito são mulheres profissionais do sexo adultas que iniciaram suas práticas sexuais comerciais na adolescência. As narrativas são compostas pela resignificação operada pela memória da experiência vivida e das experiências vivenciadas por outras companheiras da mesma atividade. As informações procedem de entrevistas semi-estruturadas que foram gravadas e transcritas na íntegra, sem obedecer a um critério de amostra, priorizando uma constante qualitativa que se reforça por dados sócio-espaciais quantitativos.

Dada a dificuldade de acessar o grupo focal explorado para esse trabalho, optou-se por uma aproximação junto ao Grupo Renascer³, cuja composição configura-se por alguns técnicos e pessoas que são ou já foram profissionais do sexo. A relação que se estabeleceu entre pesquisadores e objeto de pesquisa foi bastante lenta, pois, inicialmente havia uma sensação de desconfiança por parte do grupo já que nosso capital simbólico não era reconhecido. Nossas práticas junto ao grupo também eram minuciosamente interpretadas e, em geral,

³ Organização não governamental (ONG) que realiza trabalho de prevenção de DST's com profissionais do sexo femininas e transgêneros, assim como atua no combate a homofobia, entre outras atividades.

obtinha posturas de estranheza já que os pesquisadores e as mulheres pesquisadas provinham de diferentes processos de socialização e isso se explica pelas diferenças que Bourdieu (1998) denomina de *'habitus'*. Somente depois de algum tempo houve consensos simbólicos e a pesquisa pode iniciar efetivamente.

Para tanto, participamos de intervenções feitas pelo Grupo Renascer com profissionais do sexo. Essas intervenções se constituem na distribuição de preservativos e incentivo do seu uso. Novas relações e interiorização de vocabulários específicos foram necessários para adentrar nesse universo simbólico e conseguir elementos explicativos para elucidar as questões discutidas no presente texto. Assim como a diferença de *'habitus'*, essas mulheres têm seu cotidiano alimentado por práticas e costumes que instituem suas conveniências. Para um grupo estigmatizado pelo social, suas regras e leis tácitas são também os seus bens, portanto há resistência em compartilhá-los, pois esses, de certa forma, são seus micros poderes que operam mecanismos de defesa e proteção.

As profissionais do sexo produzem espaço, mesmo em sua condição de marginalidade social e estigma. Santos (1980) afirma que o espaço geográfico é uma instância social, portanto está contido em todas as relações que os seres humanos possam desempenhar e ao mesmo tempo, condiciona essas relações. Assim, é um produto social bem como pré-condição de sua reprodução. Embora o autor valorize a concepção de espaço para a condição de existência da sociedade, há em sua concepção uma noção reprodutivista que compromete o sentido de mudança social. Gottdiener (1993) ao atentar para a produção social do espaço urbano focaliza a análise na estrutura e na ação onde se desta-

ca o espaço como um produto co-determinado processualmente na produção total de vida. Assim, as pessoas ao desenvolverem suas ações cotidianas também compõem o espaço produzido. O cotidiano de existência sócio-espacial do grupo focal eleito é composto de elementos que ao longo da vida exercem um processo de naturalização das práticas sexuais comerciais. Uma delas é a presença constante de figuras femininas mais velhas que desenvolviam atividades de prostituição e faziam parte de sua existência cotidiana como mães, tias e primas que possuíam estabelecimentos como bares e boates, como pode ser observado no trecho paradigmático de entrevista:

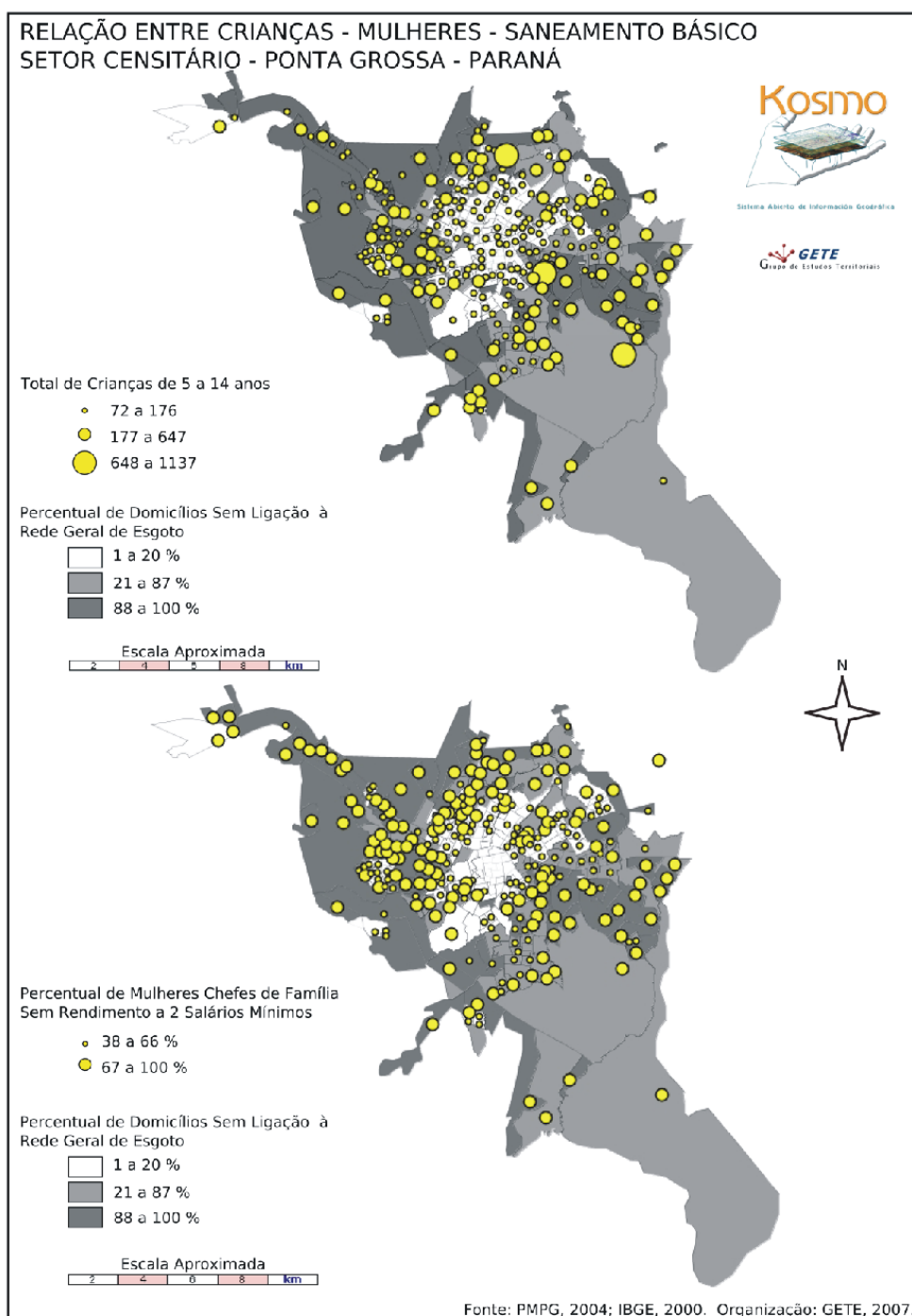
A minha mãe já foi de bar. Mas, que nem ela disse, que ficou só um ano. Por que, que nem, o meu pai morreu. Ela ficou viúva. Daí ela não conseguia arrumá um emprego. Sei que as coisa ficaram muito difícil pra ela. (...). Tinha também três tia minha, também de boate. Daí, das três, duas cazô e uma é solteira. Essa mora num bar (Trecho de entrevista concedida por Paty⁴ em 16/10/2006)

Outro importante elemento comum é a ausência de figuras paternas expressivas. As entrevistadas são oriundas de famílias monoparentais femininas, como no relato anterior. Não quero destacar esse elemento como determinante, mas é um dado que reforça a necessidade de políticas públicas especiais para mulheres chefes de família, que somam 23,97% dos lares do espaço urbano de Ponta Grossa, conforme os dados do Censo IBGE (2000). Além disso, 63,5% destes domicílios possuem rendimento familiar igual ou inferior a três salários mínimos, somando-se as duplas e até triplas jornadas de trabalho. Importante destacar que essas mulheres são as maiores responsáveis pelo sustento de um ex-

⁴ Todos os nomes usados nas entrevistas são fictícios, foram escolhidos pelas próprias profissionais do sexo para sua identificação após terem declarados seus nomes verdadeiros.

pressivo número de crianças e adolescentes, como podemos constatar no cartograma 01. O cartograma expressa a concentração espacial de mulheres chefes de família com crianças de 05 a 14 anos de idade nas áreas com precariedade de infraestrutura. Destaco que não posso afirmar que as representações presentes nos discursos das profissionais do sexo sejam reflexo

total da periferia da cidade, dado que as sujeitas desse artigo não cobrem toda a periferia e remarcam aquilo que é de seus círculos de intersubjetividades. Por outro lado, quanto ao contexto estrutural, compõem as características de seus cotidianos, aspectos como infra-estrutura e renda espacializados no cartograma 01.



As desigualdades de recursos materiais expressos no cartograma 01 são um traço comum da urbanização brasileira. Mas a parcela excluída de bens e serviços também se revela através da tensão que exercem diante dos agentes produtores do espaço urbano. Corrêa (2003) enumera que os grupos capazes de produzir espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos do acesso à cidade. O resultado do jogo de interesses e estratégias promovidos pelos agentes hegemônicos resulta em tensões já que para garantir sobrevivência os excluídos desenvolvem táticas desconstrucionistas das normas vigentes.

Nesse sentido, a realidade sócio-espacial torna-se complexa, pluriforme e multitemporal. Certeau (1996) traz interessante proposição para compreensão de contextos histórico-geográficos das profissionais do sexo e sua apreensão de infância. Para o autor, o cálculo racional é dado pelas *estratégias*, que são impositivas, tendo como alvo certo espaço de relações, que visa, versa e busca antecipar o próprio tempo, centram-se em lugares de poder, privilegiam as relações espaciais e são capazes de produzir, impor e mapear. Entretanto, as leis e as estratégias são recriadas no ato de consumi-las cotidianamente. Se há esquemas, regras e certas disposições, há também diferentes maneiras de agir e ser a partir delas. É nesse ato de consumo que ocorre a subversão, a qual o autor chama de *táticas*, por excelência a artimanha, a astúcia, o dribble dados pelos fracós através das práticas cotidianas por entre as brechas do poder estratégico.

Ao vivenciar espaços extremamente precários, as adolescentes buscam táticas de sobrevivência justamente nos locais mais favorecidos da cidade, nos quais podem encontrar os potenciais clientes. Elas passeiam pelos locais onde os seus passos e posturas são compartilhados por aqueles

que acessam esses códigos. Esses locais, nesse caso, são o centro da cidade e as rodovias que contornam o município de Ponta Grossa. Com essa afirmação, queremos deixar claro que não se está, em hipótese alguma, naturalizando processos de exploração sexual que a sociedade realiza em relação às adolescentes. Entretanto, a partir de um contexto extremamente precário, elas desenvolvem táticas de sobrevivência de acesso aos bens materiais produzidos.

Assim, se a sociedade quiser intervir nos processos de exploração sexual comercial infanto-juvenil é imprescindível compreender os contextos nos quais eles são gerados e como são alimentados. É importante lembrar que a sociabilidade desenvolvida num contexto familiar em que o comércio sexual é prática comum, elas acabam se inserindo nesse universo pouco contestado pela ordem estabelecida no seu grupo identitário. Nos depoimentos coletados, é muito comum que os próprios familiares sejam as pessoas que as colocam na dinâmica de realização de programas sexuais. Assim, há enorme dificuldade por parte das instituições estatais em intervir num processo considerado 'normal' por parte do grupo familiar e dos círculos de intersubjetividades. No trecho de entrevista a seguir pode-se observar que há profunda contradição entre o que o olhar da Academia e do Estado e o das profissionais do sexo em relação à concepção da idade própria para o desenvolvimento das práticas sexuais:

(...) antes tinha umas meninas que andavam junto comigo, sabe? Dezesesseis, dezessete anos, menor, mais já eram mulher, sabe? Já eram mulher muito antes, com quatorze, treze anos. (...) aí surgiu minha prima. (...) Daí começô andá pra rua também, com mulher, conheceu droga também. Aí minha mãe falou pra mim: faz seguinte, já que essa menina tá desse jeito, já em droga, pra rua, leva ela fazer programa. Já assim ela vai ter um dinheiro

dela, vai se arrumá, não vai tar aí enfiada nesses mocós de vagabundo. (...). Daí encontrei ela no som, de lá eu consegui tirá ela. Daí falei: o negócio é o seguinte, do jeito que você tá, não dá. Ó! Vam pra uma boate pra você ganhá dinheiro, se arrumá. Não fica aí desse jeito, ó como você ta! Tava tudo suja, sabe? Fedendo, sem banho, sem nada. (...) Vamo fazê programa, que você vai ganhar um dinheirinho. Eu vô junto com você, se tivê medo, ou eu espero ou vou junto com você. Se a pessoa autorizá posso até entrá junto dentro de um quarto. Fico com você, te dô as dicas. Você não tem preservativo, faça a pessoa usá. Aí tá, levei ela fazê programa e aí ela começou ganhá um dinheirinho. O importante no caso da vida dela é que ela largou da droga. A vida também tirou ela da droga. Eu acho assim: se ela não fosse pra vida ela ia ficá na droga. (...) Aí ela já tava com 14 anos, ela se perdeu com 14 anos. (Trecho extraído de entrevista concedida por Emile em 16/10/2006).

Pode-se extrair, do longo trecho acima, importantes elementos identitários do grupo focal. Primeiramente, a fronteira entre o ser menina e o ser mulher adulta é tênue e se estabelece no marco moral ao 'se perder'. Ou seja, depois da primeira relação sexual, a perda da virgindade é um elemento que as coloca num patamar de dificuldade para obter um casamento. Outro fator são as intrincadas redes sociais de inserção e reprodução dos contextos de exploração sexual, no qual pessoas com grande valor simbólico aparecem como promotoras dos códigos de honra. Num contexto de total carência, não há reprovação em desenvolver práticas sexuais para 'ganhar a vida' no universo pesquisado, já que para elas o envolvimento com drogas e o crime são bem piores. Vejamos como a mesma Emile, que levou sua prima de quatorze anos a fazer programas, foi 'convidada' a fazer programas aos treze anos de idade por sua mãe, uma ex-profissional do sexo:

Minha mãe adotou cinco crianças. Em noventa e um é que minha tia faleceu, então ficô tudo. Ficô cinco crianças e minha mãe assumiu essas crianças. Daí como eu era maiorzinha eu tinha que fica cuidando. Então aquilo foi me estressando, estressando, estressando, estressando, me estressei. Aí o que aconteceu, fui pra um baile com meu namoradinho, aí a gente foi fazê sexo, né? A primeira vez foi lá no meio do mato mesmo, pá-bufe mesmo, né? Aí voltei pra casa, contei pra ela. Cheguei e já contei: ó, mãe, aconteceu isso, isso. Ah!! Não precisa falá mais nada. Falei: tá bom, então não vô falá mais nada. Daí ela é, daí que chegou que ela falou pra mim: já que você agora vai ficá dando pra rua, vai dá por dinheiro. Agora não tem mais que nós cuidá de você, o que tinha de cuidá já era mesmo. Nós queria que você tivesse um casamento mais ou menos, casá-se virgem. (Trecho extraído de entrevista concedida por Emile em 16/10/2006)

Embora de acordo com o Art. 3º do Código Civil Brasileiro (Redação Final aprovada em 06/12/2001) registre-se que os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, a vida na realidade espacial pesquisada não tem uma regência regulada pela faixa etária. A vivência da infância dessas meninas se configura com o desenvolvimento de papéis que corresponderiam à idade adulta, como criar outras cinco crianças provindas de uma família monoparental cuja mãe morreu. Isso reforça o tensionamento das fronteiras entre concepções jurídicas, físicas, cognitivas de infância com a concepção social estabelecida nos contextos histórico-geográficos que envolvem os círculos de intersubjetividades que produzem as informações, a comunicação e as trocas simbólicas.

Nos relatos das entrevistas constatou-se que a passagem dessas pessoas para a vida adulta é bastante diferente daquela objetivada pelo Estado. O amadurecimento do ser se dá pelas práticas diárias nas

quais não há possibilidade de ‘ser criança’. Nas táticas desenvolvidas, a virgindade é um elemento que também se constitui em capital simbólico a ser capitalizado no futuro, num possível casamento com um homem que possa mitigar suas difíceis condições sócio-espaciais. Tanto que há uma unanimidade nas suas perspectivas de futuro em sair da prostituição através do encontro de ‘um companheiro’.

Na contextualização das sujeitas naquilo que remonta à sexualidade, estão presentes macrovalores sociais entre os quais figuram a moralidade e a reprodução econômica. Esses, numa visão um pouco precipitada, poderíamos visualizar de forma mais abrangente a sociedade pontagrossense e brasileira na questão de ‘ficar mocinha’ na menarca (marca da adolescência) ou ‘tornar-se mulher’ a partir da primeira relação sexual. Entretanto, as identidades são de grupo, no vir a ser dos sujeitos, em que diferentes respostas são dadas a similares acontecimentos sociais num incessante tensionamento entre discurso posto e as práticas. Tanto numa relação sexual quanto no ser prostituída estão imbuídos valores morais, porém, na primeira estabelecem-se ‘normas’ para o exercício da sexualidade, na segunda, há uma negação da mesma pelos diferentes tipos de violência a que estão sujeitas. Também não podemos afirmar que todos os grupos sugerem o ‘virar-se’ na vida no âmbito de perda da virgindade; daí o grande equívoco se fosse adotada uma perspectiva generalizante, para além de onde estabelecem os constrangimentos das regras, sejam elas jurídicas ou morais.

Os relatos obtidos são ricas fontes para compreensão da(s) rede(s) de exploração sexual comercial infanto-juvenil. Certeau (1996) chama a atenção para a importância dos relatos já que eles são mais do que meras descrições de fatos, constituem o ato de construção de sua auto-imagem e de sua relação com o conjunto social. O compor-

tamento, as versões e diálogos utilizados nesse artigo são parte e estão conectados ao sistema cultural produzido através do espaço/tempo, “(...) (como um sistema estruturado de signos) quanto sua qualidade processual como algo temporalmente dinâmico, contestado e reafirmado”. (DUNCAN, 2004, p. 103). Enfim, esses relatos comportam a visão de pessoas que, através de suas táticas, produzem também o espaço geográfico. Além disso, eles revelam a vil contradição do papel de um Estado que objetiva universalizar os direitos das crianças e adolescentes, mas que tem sido incapaz de desenvolver estratégias para produção de condições materiais para que a infância seja vivida por essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou os embates e as contradições que se travam em torno da construção social da infância. Evidenciou-se que as conquistas incorporadas pelo Estado, no que diz respeito aos avanços no marco jurídico com o Estatuto da Criança e do Adolescente, vêm sendo acompanhadas por dificuldades objetivas de efetivação da proteção do grupo focal estudado. Isso porque as normas generalizantes dificilmente conseguem penetrar nas especificidades sócio-espaciais que, por sua vez, acabam por constranger e subverter as estratégias estabelecidas. Produzir políticas públicas para inibir o crescimento da exploração sexual infanto-juvenil implica em compreender o universo cultural das pessoas vítimas desse processo e de como elas elaboram seus referenciais de existência cotidiana.

Embora não tenha acessado diretamente as meninas prostituídas, dado que das mulheres investigadas essas começaram suas atividades enquanto crianças e adolescentes, finalizamos esse artigo não com uma conclusão, mas apontando para a im-

portância em se investigar num futuro a co-relação entre a produção do espaço e a rede(s) de exploração sexual infanto-juvenil feminina. Evidenciando que um dos mais graves desafios sociais brasileiros tem sido a comercialização da prática sexual com crianças e adolescentes, cuja busca por soluções perpassa a compreensão de suas táticas e de ouvir suas vozes nos contextos onde o espaço é produzido, constrangido e que pode ser transformado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Código Civil (2001). **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: www.interlegis.gov.br. Acesso em 02/11/2006.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1995). **ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ponta Grossa: CMDCA, 2006.
- CAMPANATTI, Patrícia Cristina Alves; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. Exploração sexual contra crianças e adolescentes: o cotidiano e as representações sociais das meninas no Distrito Federal. **Revista Ser Social**. n.2, p.95-130. jan/jun. 1998.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre Infância. Disponível em: www.ciespi.org.br/ciespi.htm. V. Acesso: 13/07/2006.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 2ª ed. Curitiba: UFPR, 2004. p 11- 43.
- CORRÊA, Roberto. Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- DEL PRIORE, Mary (org). **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- DUNCAN, James Stuart. A Paisagem Como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto.Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.
- DUNCAN, James Stuart; DUNCAN, Nancy. Reconceitualizando a idéia de cultura em Geografia: uma resposta a Don Mitchell. **Revista Espaço e Cultura**, n. 8, p. 63-67, ago/dez 1999.
- GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua: A prostituição infantil feminina em questão**. São Paulo: Unimarco Editora, 1996.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, CENSO, 2000.
- PMPG – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Base Cartográfica da cidade, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SCHIOCCHET, Taysa. “Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por adolescentes: repensando os fundamentos da capacidade jurídica”. **7º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS**, 2006. Florianópolis. Anais em CD. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.
- SCHUCH, Patrice. “Sobre ‘O Resto do Resto’: os ‘direitos da criança’ na encruzilhada entre os ‘princípios da igualdade’ e os princípios da ‘diferença’”. In: **7º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS**, 2006. Florianópolis. Anais em CD. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

(Recebido em 09/02/2007 e aceito para publicação em 24/06/2007)